

## ***POLÍTICAS E TEORIAS DO SUJEITO NO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO***

**Sônia Weidner Maluf**

Universidade Federal de Santa Catarina

### **1980-2005**

No início de 1980, participei, com outras estudantes de graduação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), da formação de um grupo feminista na universidade chamado *Liberta* (o nome completo era *mulher Liberta mulher* – título também do jornal que publicamos durante algum tempo). O nome representava alguns dos princípios que nos reuniam: a especificidade das questões da ‘mulher’ e a centralidade dessas especificidades no movimento feminista – cuja luta seria representada aí pela palavra *liberta* (que pode tanto ser uma conjugação do verbo libertar como também um adjetivo); e a autonomia do feminismo em relação aos outros movimentos (partidos, sindicatos, movimentos, Estado) – representada pela imagem de que quem *liberta/libertaria/libertará* as mulheres são/seriam/serão as próprias. Naquele momento a questão de quem são essas mulheres e suas diferenças aparecia, sobretudo, em relação ao recorte de classe, que separaria por exemplo mulheres trabalhadores e burguesas como sofrendo graus diferentes de opressão. Mas essas diferenças, no discurso feminista do período, acabavam se diluindo ou sendo englobadas pela afirmação de que a ‘opressão das mulheres’ atingia a todas. ‘Mulher’ era o significante inquestionável que nos reunia e estava sujeito a discussões e debates secundários (ao contrário de outros temas, como a própria especificidade e a autonomia do feminismo, que tomavam horas de conversas, debates, discussões e disputas dentro e fora do movimento feminista – envolvendo por exemplo o debate interno de algumas organizações de esquerda). Alguns anos depois, meu contato com o feminismo se tornou mais acadêmico e teórico, como estudante de mestrado e anos mais tarde como professora e pesquisadora dos estudos feministas e de gênero. Meu contato com o movimento feminista se tornou muito esporádico, de apoio distante e acadêmico e deixei durante alguns anos de frequentar os espaços e congressos desse movimento. Foi desse duplo lugar - ex-militante do movimento feminista quando jovem estudante de graduação na UFRGS no início dos 80s e professora e pesquisadora dos estudos feministas e de gênero desde lá – que eu viajei a Serra Negra, interior de São Paulo, em outubro de 2005, para participar representando a Revista Estudos Feministas no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Minhas impressões desse encontro (e dos debates que observei em outros fóruns dos quais participei a partir dali) são traduzidas aqui através das temáticas de subjetividade e política; da vida política das subjetividades, do lugar que ocupam hoje esses ‘sujeitos políticos do feminismo’. Colocando em termos mais claros: que lugar a discussão sobre quem são esses sujeitos do feminismo ocupa hoje no

movimento e quais são os modos (ao menos discursivos) de subjetivação (e constituição de sujeitos) colocados hoje pelo movimento –nesses fóruns.

Algumas semanas antes de começar o 10º Encontro, uma polêmica já começou a acontecer através de emails que circularam na rede. O tema dos emails era o pedido de participação de transgêneros e a decisão da Comissão Organizadora de negar a participação destas *neste* encontro. Posteriormente, na sessão de abertura do encontro, essa decisão foi justificada com o argumento de que, como a discussão não tinha sido feita antes, era melhor respeitar a estrutura dos Encontros anteriores e discutir, durante este encontro, a participação das trans no próximo, o 11º .

A novidade trazida pela polêmica não foi a da discussão de quem pode participar do Encontro e nem mesmo a da participação das transgêneros – como algumas pessoas lembraram em diversos momentos, transgêneros sempre estiveram e circularam pelos encontros feministas. Mas nunca haviam reivindicado sua participação enquanto ‘identidade política’ específica. Ou seja, sempre estiveram ali mais como indivíduos identificados com o feminismo, mas diluídas entre as mulheres do encontro.

A forte polêmica em torno das trans tomou conta do debate antes, durante e no final do encontro, sendo um dos poucos momentos em que teve que se votar na plenária final. Mas esse é apenas um exemplo paradigmático, talvez extremo, de questões que têm perpassado outros momentos do feminismo tanto militante quanto acadêmico: o lugar político/teórico do sujeito no campo feminista – e sobretudo mais recentemente o lugar da teorização e da conceitualização discursiva no interior do movimento sobre quem são seus próprios sujeitos e quais são os lugares políticos qualificados e qualificadores do discurso feminista; e os modos como esses sujeitos e subjetividades vêm sendo constituídos no interior do movimento, ou seja, os regimes políticos de subjetivação no interior do movimento. Essas questões apareceram em outros momentos, situações e temáticas propostas no encontro: a presença bastante marcada das chamadas ‘jovens feministas’ - individualmente ou organizadas e afirmando sua presença também enquanto especificidade, somando-se a outros discursos identitários, como o das lésbicas, das negras, das mulheres indígenas; o lugar importante dado à ‘experiência’ - através das vivências e oficinas – em um momento de forte demanda por reflexão teórica (expressa entre outras coisas na polêmica das trans, que pairou no encontro mas teve pouco espaço nas atividades).

**As trans – mulheres/ feministas/ ‘mulheres’**

A antropóloga inglesa Henrieta Moore alerta para a necessidade de se pensar como uma mesma sociedade, cultura, grupo pode apresentar modelos, valores e concepções de gênero diferentes. Minha tradução desse alerta é de pensar que diferentes teorias de gênero não cohabitam apenas no debate acadêmico e intelectual, mas estão presentes nas práticas e discursos sociais e também políticos. O debate sobre a participação das transgêneros nos fóruns feministas e nos Encontros Feministas acabou acionando e tornando visíveis essas diferentes – e por vezes antagônicas – visões do gênero, dos sujeitos, das subjetividades e do que significa ser ‘mulher’ e ‘feminista’. A discussão se dividiu em duas partes: sobre a pertinência de se fazer a discussão naquele momento e o próprio debate em torno da abertura ou não dos encontros às transgêneros. Os principais argumentos favoráveis à participação das trans estão expostos no documento *Porque queremos a abertura dos Encontros Feministas às pessoas trans*, que circulou já antes do 10º Encontro. Um bloco de argumentos se refere à noção de feminista e do que é ser feminista e outra à questão da definição ou auto-definição de ser mulher: ‘se uma mulher se define como mulher trans e feminista, nós não temos nenhuma autoridade para lhe dizer que não o é’; a importância da discussão sobre a trans para o avanço da discussão teórica sobre gênero; e a luta por um feminismo que ‘integre de maneira genuína a diversidade étnica, etária, linguística, de preferências sexuais e de classes sociais’. Durante a plenária, enquanto os discursos favoráveis à inclusão das transgêneros acionavam argumentos relacionados à construção social do gênero e da diferença, de que a presença das trans é uma ‘consequência do movimento feminista’, da necessidade de acatar a auto-declaração dos sujeitos, os argumentos contrários denunciavam a precariedade e a novidade dessa discussão e os riscos de uma decisão não amadurecida, sendo que alguns discursos faziam uma defesa mais evidente do que chamavam de ‘posição realista’, que compreenderia a diferença de gênero como desdobramento de uma ‘questão biológica’. Ao mesmo tempo algumas falas defendendo a participação das trans também acionaram argumentos de ordem biomédica: um deles dizia que se os médicos reconhecem elas como mulheres, então devemos reconhecê-las também. O que está em questão nesta polêmica é uma disputa em torno do conceito de ‘mulher’, de feminista e, conseqüentemente, de quem é ou quem são os sujeitos políticos legítimos do feminismo. De um lado, argumentos que delegam a instâncias externas a decisão e a capacidade de arbitrar sobre quem é ‘mulher’ (medicina, comissão organizadora dos encontros, o ‘movimento’), de outro argumentos que se radicalizam em direção ao arbítrio absoluto do sujeito individual, o da auto-afirmação. Mas se o que todos esses debates (transgênero, jovens feministas, lésbicas, mulheres indígenas e mulheres negras, entre outros) trazem em comum é a tematização do sujeito como a questão central do feminismo contemporâneo, existe uma diferença na forma e na direção com que esse sujeito é

pensado em cada um desses debates. De um lado, a reivindicação das transgêneros de serem 'incluídas' como mulheres e feministas nos encontros remete a uma dinâmica e a um processo que pode se definir como centrípeto, ou seja, em direção a um centro comum, ao compartilhamento (na diferença) de uma 'identidade comum' às mulheres e feministas do encontro. De outro, em relação às jovens, lésbicas, negras, etc, a dinâmica é inversa, centrífuga, ou seja, o deslocamento de um centro comum (mulheres), para uma fragmentação e diferenciação (compartilhada) de especificidades não redutíveis ao termo comum. Dois movimentos opostos em relação ao que parece ser uma mesma questão: a reivindicação de um lugar político legítimo e qualificado no interior do movimento. De um lado, 'apesar da diferença', apontar o que é semelhante; de outro, apesar serem todas mulheres, apontar a diferença como o lugar dessa legitimidade.

### **Jovens, lésbicas, negras, indígenas... e 'heteros'**

A presença marcada das auto-definidas 'jovens feministas', assim como das mulheres indígenas, mulheres negras, lésbicas nos discursos, marcando um lugar específico de onde cada uma dessas mulheres falava, lembra o que Marilyn Strathern discutiu a respeito da 'eticização' do feminismo – pensando aqui etnicização como uma figura que representa essa segmentação em grupos, faixas, estratos identitários específicos. Essas marcações da diferença não são novidade no interior do feminismo, sobretudo se estendermos a análise para o feminismo norte-americano, onde já no final dos anos 70 questões como raça e sexualidade começaram a tensionar a aparente unidade em torno de um sujeito político único (mulheres), ou no limite marcado por diferenciações de classe. A presença de lésbicas, negras e indígenas não é novidade. O que parece ser novo é o lugar político que essa diferença passa a ter: se antes questões como raça, sexualidade etc, marcavam especificidades (as negras, as lésbicas, etc, eram o 'outro' dentro do feminismo) em relação à 'identidade maior' (mulheres e/ou feministas), hoje não é mais possível pensar, de acordo com esses discursos da diferença, nessa 'identidade maior' sem passar pelas diferenças, ou, melhor dito, se antes essas questões eram especificidades em relação à questão geral da 'mulher', hoje elas tomaram o lugar da própria 'questão geral'. Se antes a lesbianidade, a negritude etc, eram recortes dentro da categoria mulher, hoje são categorias que passam a ter centralidade e autonomia em relação a esse significante antes englobador. A ponto de que, no 10º Encontro, até aquelas que eram vistas antes como as que representavam esse 'sujeito feminista universal' (na própria crítica das militantes negras e das lésbicas), que estariam 'fora da diferença', não marcadas (as mulheres brancas, heterossexuais, etc), passam também a falar de um lugar de diferença. Não foram poucos os momentos em que mulheres pegaram o microfone e, em algum momento de suas falas, se auto-identificaram como 'nós,

as mulheres heterossexuais' - mesmo que reconhecendo nessa auto-identificação um lugar de empatia em relação às 'outras' (lésbicas) mais discriminadas, oprimidas etc. Seria possível fazer um paralelo entre essas falas, que colocam o feminino universal (branco, heterossexual, etc) na diferença, e a que os estudos de masculinidades têm tentado fazer no sentido de trazer as masculinidades chamadas hegemônicas também para o campo de especificidade? Ou com a discussão sobre os homens feministas, que também exerceriam um movimento de empatia em relação a seus 'outros'? Caberia uma análise mais detalhada dessa 'auto-afirmação hetero' em relação à auto-afirmação lésbica. O que parece aparentemente uma 'descrição de si' não seria a afirmação (redundante) da norma, se pensarmos no gênero e na sexualidade como discursos não descritivos mas normativos? É interessante contrastar essa afirmação com a fala de algumas lésbicas durante o encontro que, ao mesmo tempo em que 'falavam como lésbicas', alertavam para o fato de ser essa uma identidade provisória e instável. Lembro particularmente de uma ativista lésbica que literalmente falou: 'Estou aqui para falar como lésbica, não como identidade fixa e permanente, mas...'. Quais são os efeitos políticos dessas diferentes afirmações identitárias – e sobretudo da auto-afirmação heterossexual, feita sem a ressalva crítica (da identidade fixa) colocado pela militante lésbica?

A forma pela qual as 'jovens feministas' (foi assim que se apresentaram) marcaram sua presença de forma organizada e ativa, inclusive propondo uma moção no final do encontro, assinada por diferentes organizações, também apresenta uma novidade em relação a outros tempos do movimento, em que as jovens eram antes de tudo feministas, feministas jovens e não jovens feministas. Na experiência relatada no início do artigo, do grupo Liberta, composto na época por estudantes com uma média de 19 a 21 anos, a forma de nossa afirmação no movimento não era pelo fato de sermos jovens (que algumas vezes era usado como categoria de acusação e deslegitimação por parte de outras feministas: não havíamos ainda passado pela experiência fundamental da maternidade, não tínhamos a experiência do que significa exatamente 'ser mulher', etc.), mas por nos colocarmos como 'feministas revolucionárias' e 'feministas autônomas' (essa auto-definição mudava conforme quem eram nossas/os interlocutoras/es) – ou seja, pesava a diferença em relação a concepções de programa e princípios políticos não a diferença explicitamente identitária. No 10º Encontro, esses grupos afirmavam uma 'identidade jovem' (opondo jovens X adultas). Um dos aspectos a discutir sobre essa 'emergência' da juventude como lugar político próprio dentro do feminismo é a trajetória de muitas dessas jovens: uma parte significativa das presentes são mulheres estudantes que tiveram contato com o feminismo na universidade participando de núcleos de pesquisa e estudos de gênero (e onde a questão geracional aparece como marcador central na relação entre professoras e alunas, pesquisadoras e orientandas, etc), e foi a partir daí que passaram

a atuar e a participar do movimento. Uma trajetória oposta a das feministas militantes que ingressaram na academia como professoras e pesquisadoras a partir dos anos 80.

### **Experiência e discurso**

O 10º Encontro contou com diferentes tipos de espaços de discussão e troca, sendo que as oficinas com propostas de atividades vivenciais predominaram na organização formal em relação aos espaços de discussão política tradicional. A 'experiência', dimensão central para os grupos de reflexão e grupos de consciência do feminismo dos anos 70, ganhou um espaço importante no encontro, mas não sem resistência e até hostilidades – talvez provocadas tanto por uma certa aversão por parte das feministas mais ligadas à academia a formas não discursivas quanto pelo fato de que grande parte das vivências eram centradas no resgate de algo que o encontro mostrou como perdido para o movimento naquele momento: o compartilhamento de uma mesma experiência que mostraria às 'mulheres' que seus dramas individuais são na verdade questões coletivas e comuns. Para Elizabeth Grosz (2000), “a nova política começa com novas sensações”; o quanto houve espaço no encontro para essas novas e outras sensações é uma questão que fica para futuras reflexões.

### **Nada de novo no *front*?**

Até que ponto as tensões e os debates durante o 10º Encontro expressam algo de novo na política feminista? O que existiria de comum nesses dois movimentos, centrípeto e centrífugo, em direção a uma identidade comum e inclusiva e (das transgênero) e na direção de um descentramento e fragmentação dessa identidade inicial do feminismo (das jovens, lésbicas, negras, indígenas, camponesas etc)? Comparando minha própria experiência do início dos anos 80, como feminista jovem no grupo Liberta e o que pude observar em Serra Negra, não posso deixar de pensar num deslocamento do debate. Naquela época, marcado por questões de programa e estratégia política, de princípios gerais do movimento, focado nas divergências por exemplo em relação às questões de especificidade e autonomia (que expressaram uma divisão do movimento em 'de mulheres' e 'feminista' naquele momento). Hoje, as divisões e divergências acontecem em torno do que eu chamaria de questões de subjetividade (mas que poderiam também ser chamadas de questões de identidade política dentro do movimento). Se antes, o que se via era uma um 'conflito de interpretações e de representações': qual a melhor política para o movimento; hoje a discussão se daria em torno de um 'conflito de subjetividades': a problematização de qual é, ou quais são, o(s) lugar(es) político(s) qualificado(s), legítimo(s) no movimento. Isso significa um questionamento

radical da categoria 'mulher' - colocada tanto pela tentativa das transgêneros de expandi-la para além do conceito tradicional de um corpo sexuado quanto pelo esforço das jovens, lésbicas, negras e indígenas de fragmentá-la em outras especificidades que ocupam agora o lugar do discurso central dentro do movimento. Isso significaria o abandono puro e simples dessa categoria? Não parece ser o que os diferentes discursos, falas e expressões durante o encontro pareceram dizer. Ao reivindicar sua inclusão como participantes efetivas dos Encontros Feministas, autodeclarando-se mulheres e feministas, as transgêneros de certa forma reafirmam a categoria 'mulher', mas colocando-a "sob rasura". Recupero em minha análise a reflexão de Stuart Hall em relação à utilidade do conceito de identidade, a partir de um diálogo com a proposição de Derrida de pensar o conceito no intervalo, entre a inversão e a emergência:

“O sinal 'rasura' (X) indica que eles [os conceitos-chave] não servem mais – não são mais 'bons para pensar' – em sua forma original, não-reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados. As duas linhas cruzadas (X) que sinalizam que eles estão cancelados permitem, de forma paradoxal, que eles continuem a ser lidos.”

Essa proposição vai também ao encontro da reflexão de Judith Butler ao se perguntar sobre a possibilidade de se pensar uma política sem sujeitos, e que tipo de sujeitos seriam esses (o que remete à questão de que tipo de política é essa). Ao se reivindicarem como 'sujeitos políticos do feminismo', trans, jovens, lésbicas, negras, indígenas, camponesas colocam a subjetividade como 'local de disputas', deslocando o sujeito universal da política (e que no feminismo encontrou seu correspondente numa idéia de 'mulher' universal) e colocando em questão os próprios fundamentos dessa política. Ao perguntar “por meio de que exclusões se construiu o sujeito feminista e como esses domínios excluídos retornam para assombrar a 'integridade' e a 'unidade' do 'nós' feminista”, Butler evidencia que a problemática do sujeito acabou se tornando (já nos anos 80, quando as mulheres negras denunciaram, nos Estados Unidos, o caráter branco desse 'nós') a divergência (“o racha”) central do feminismo. Não apenas os sujeitos e a categoria de sujeito é um campo de disputas, como a própria categoria 'mulher'. Para a autora: “Recusar essa disputa é sacrificar o ímpeto democrático radical da política feminista”.

Os discursos e os debates durante o 10º. Encontro mostraram que os conceitos (e entre eles o conceito de sujeito político) são, no feminismo contemporâneo, campos de disputa, o que faz com que os próprios fundamentos das teorias e das políticas da subjetividade no feminismo sejam colocados, pelas ativistas da prática e da teoria, como precários e contingentes.

### **Referências Bibliográficas:**

- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo', *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, 1998 (11), 11-42.
- GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, 2000 (14), 45-86.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, 2000 (14), 13-44.
- STRATHERN, Marilyn. *The Gender of the Gift*, Berkeley, University of California Press, 1988.